MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral dos Serviços de Viação

Portaria n.º 10:129

Ainda com o fim de assegurar pelo maior prazo possível a realização das carreiras de serviço público, e atendendo a que os transportes de passageiros em automóveis pesados, em regime de aluguer, são de relativo interesse público, já pelo carácter restrito dos seus utentes, já pela sua reduzida utilização em percurso: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, suspender a concessão de licenças para o transporte de passageiros em automóveis pesados, em regime de aluguer, em percursos até 100 quilómetros, salvo quando tais transportes se efectuem em veículos com motor a gás pobre.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 3 de Julho de 1942.— O Ministro das Obras Públicas e Comunicações, *Duarte Pacheco*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Gabinete do Ministro

Decreto n.º 32:120

Sendo necessário regular, na parte que pertence às colónias de Angola e Moçambique, a execução do preceituado nos §§ 2.º e 4.º do artigo 5.º do decreto-lei n.º 31:952, de 1 de Abril de 1942;

Tendo em vista o disposto no artigo 28.º do Acto Colonial e por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 4.º do § 1.º do artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português e nos termos do § 2.º da mesma disposição, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º A execução do disposto nos §§ 2.º e 4.º do artigo 5.º do decreto-lei n.º 31:952, de 1 de Abril de 1942, fica dependente, em cada caso, da entrega na sede do respectivo banco emissor, mediante indicação da Junta de Exportação do Algodão Colonial à Comissão Reguladora do Comércio do Algodão em Rama, das importâncias necessárias à compra do algodão, depois de deduzida a quantia correspondente ao transporte da mercadoria até à metrópole e ao respectivo seguro marítimo, conforme as taxas que estiverem em vigor.

§ 1.º Da entrega mencionada no corpo deste artigo, a constante da alínea b) do artigo 2.º será considerada como efectuada no respectivo Fundo Cambial para os efeitos do disposto nos artigos 11.º e 14.º respectivamente dos decretos com força de lei n.ºs 19:773 e 21:154, de 27 de Maio de 1931 e 22 de Abril de 1932.

§ 2.º O Fundo Cambial documentará a entrega referida no parágrafo antecedente por forma que, na altura em que o algodão da reserva venha a ser exportado para a metrópole, facilmente se possa provar haverem sido já realizadas todas as operações relativas a esse Fundo.

Art. 2.º As importâncias referidas no artigo antecedente serão pelo respectivo banco emissor postas à disposição:

a) Na metrópole, dos vendedores do algodão que a Junta de Exportação do Algodão Colonial indicar, em quantitativo não superior a 25 por cento do preço da venda;

b) Na respectiva colónia e em moeda local, da delegação da Junta de Exportação do Algodão Colonial, como intermediária da Comissão Reguladora do Comércio do Algodão em Rama, em quantitativo correspondente ao preço líquido indicado no artigo 1.º ou parte deste quando se utilize o disposto na alínea antecedente.

§ único. No acto do pagamento, ao vendedor, do preço da venda a que se refere a alínea b) deste artigo, a delegação da Junta de Exportação do Algodão Colonial deduzirá a importância dos direitos e mais imposições a cobrar nos termos do artigo 3.º, a que dará o devido destino.

Art. 3.º As alfândegas das colónias onde se adquira algodão nos termos e para os fins indicados no artigo 1.º deste decreto deverão processar os competentes despachos de exportação, procedendo à cobrança dos direitos e mais imposições, incluindo a taxa destinada à Junta de Exportação do Algodão Colonial, quando sejam notificadas pela delegação da mesma Junta de que foi efectuada a aquisição respectiva, devendo constar dessa notificação todos os elementos necessários para o preenchimento da fórmula de despacho.

§ 1.º As alfândegas procederão à verificação, nos termos prescritos nos regulamentos aduaneiros, dos volumes de algodão constantes dos bilhetes de despacho a que se refere o corpo deste artigo quando pela Junta de Exportação do Algodão Colonial sejam notificadas de que se vai efectuar o embarque para a metrópole.

§ 2.º No caso de não se efectivarem as exportações do algodão de que trata este decreto, terá a delegação da Junta de Exportação do Algodão Colonial, como representante da Comissão Reguladora do Comércio do Algodão em Rama, direito a obter, nos termos da respectiva legislação, o encontro ou a restituição das importâncias cobradas pelas alfândegas.

Art. 4.º Este decreto entra imediatamente em vigor. Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» das colónias de Angola e Moçambique.

Paços do Governo da República, 3 de Julho de 1942. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Francisco José Caetano.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Conselho Técnico Corporativo do Comércio e da Indústria

Portaria n.º 10:130

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Economia, adiar a entrada em vigor da portaria n.º 9:773, de 5 de Abril de 1941 — que aprova o regulamento relativo ao emprêgo obrigatório de selos de garantia para os vinhos do Porto engarrafados —, para 1 de Outubro de 1942.

Ministério da Economia, 3 de Julho de 1942. — Pelo Ministro da Economia, *André Francisco Navarro*, Sub-Secretário de Estado da Agricultura.